



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1 Aquisição de itens de materiais escolares destinados à composição de kits educativos que serão distribuídos aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Item	Nome	Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit.	V. Total
1	Apontador com depósito	Apontador com depósito PET-R cor verde, DIMENSÕES 18mm X 26mm X 61mm, Espessura 1mm parede. O produto deve ser certificado junto ao INMETRO. Obrigatória a apresentação de laudo junto com a amostra, conforme os requisitos da norma ABNT NBR 15.236:2021 E ABNT NBR 16.040/2020.	408	Unidades	R\$ 1,63	R\$ 665,04
2	Borracha escolar	Borracha escolar com capa protetora. Formato da borracha 43 x 22 x 12 mm, borracha branca com formulação de alta qualidade, livre de pvc (ftalatos) de excelente desempenho ao apagar. Capa protetora ergonômica para manter a borracha limpa e que facilite o uso. Esta capa deverá ser injetada com grãos de pet reciclado na cor verde translúcido e deverão ser impressos o logo do pet reciclado e o logo “livre de pvc” na cor branca ou o brasão da prefeitura. Esta impressão deverá ser feita através de serigrafia ou tampografia, utilizando tintas de alta resistência e atóxicas. Serão exigidos os laudos emitidos por laboratório acreditado pelo Inmetro, tanto da capa protetora, como da borracha, atestando conformidade com a norma abnt nbr 15.236:2021 (toxicologia). abnt nbr 16.040:2020 (isenção de ftalatos), apresentar laudo junto com a amostra atestando níveis aceitáveis de bisfenol-a (bpa free) e laudo determinando verificação negativa de irritabilidade dérmica. Necessário apresentar laudo que comprove a utilização da resina em pet. Apresentar certificado do Inmetro.	456	Unidades	R\$ 1,67	R\$ 761,52
3	Caderno 10 matérias	Caderno 10 matérias, capa dura, formato 200x275mm, 200 Folhas, com linha, com pauta, certificação FSC, papel 56g/ m².	420	Unidades	R\$ 15,57	R\$ 6.539,40
4	Caderno brochura grande capa dura	Caderno grande brochura, capa dura, formato 200x275mm, 96 Folhas, com linha, com pauta, certificação FSC, papel 56g/ m².	860	Unidades	R\$ 6,81	R\$ 5.856,60
5	Caderno brochura pequeno capa dura	Caderno 1/4 pequeno brochura, capa dura, formato aproximado de 140x200mm, 40 Folhas ou mais, com linha, com pauta, certificação FSC, papel 56g/ m².	245	Unidades	R\$ 4,00	R\$ 980,00
6	Caderno brochurinha quadriculado	Caderno brochurinha (1/4), quadriculado 1x1 cm, com 40 folhas ou mais. O caderno	60	Unidades	R\$ 2,09	R\$ 125,40



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

		deverá possuir miolo confeccionado em papel branco, gramatura mínima de 56 g/m ² , com quadriculado impresso em ambas as faces das folhas, margens bem definidas e impressão de excelente qualidade. O produto deverá ser novo, em perfeitas condições de uso, sem rasuras, manchas, amassados ou quaisquer defeitos que prejudiquem a escrita.				
7	Caderno de caligrafia	Caderno brochura formato 1/4, tipo caligrafia, com 40 folhas ou mais, destinado ao uso escolar. O miolo deverá ser composto por papel branco pautado para caligrafia, com margens e espaçamento adequados ao treino da escrita, gramatura mínima de 56 g/m ² e impressão de excelente qualidade. O produto deverá ser novo, livre de rasuras, manchas, amassados ou quaisquer defeitos que comprometam sua utilização.	260	Unidades	R\$ 2,02	R\$ 525,20
8	Caderno de desenho	Caderno de cartografia wm espiral, certificado FSC C003148, formato 275mm x 200mm, papel mínimo de 56g/m ² , 60 folhas ou mais.	445	Unidades	R\$ 6,99	R\$ 3.110,55
9	Caneta corretiva	Caneta corretiva 7ml ou mais, resinas termoplástica, tinta a base de solventes, ponta metálica, produto certificado pelo Inmetro.	144	Unidades	R\$ 2,10	R\$ 302,40
10	Caneta esferográfica azul	Canetas esferográficas: na cor azul, ponta média 1.0m, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro antiasfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. Corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. Composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo escreve macio, sem falhas	150	Unidades	R\$ 0,80	R\$ 120,00



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

		e com maior nitidez de cores.				
11	Caneta esferográfica preta	Canetas esferográficas: na cor preta, ponta média 1.0mm, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro antiasfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. Corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. Composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores.	150	Unidades	R\$ 0,80	R\$ 120,00
12	Caneta esferográfica vermelha	Canetas esferográficas: na cor vermelha, ponta média 1.0mm, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro antiasfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. Corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: Média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não	150	Unidades	R\$ 0,80	R\$ 120,00



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

		poderá mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. Composição: Tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores.				
13	Caneta hidrográfica com 12 cores	Caneta hidrográfica – conjunto contendo 12 canetas grandes de cores diferentes, escrita fina, com sistema que protege a ponta contra impactos (vai-vem), garantindo a durabilidade, tinta lavável, com tampa anti-asfixiante. Com cores bem definidas e boa cobertura. Validade de no mínimo 12 meses a partir da data de entrega. Produto deverá ser atóxico e trazer a marca do fabricante impressa. Certificação do Inmetro (vai e vem).	306	Unidades	R\$ 3,93	R\$ 1.202,58
14	Caneta marca texto	Caneta marca texto, cor amarelo, ponta chanfrada, traço de 1mm a 3,5mm, não tóxico, de boa qualidade, corpo na cor da tinta. Composição da tinta a base de água, secagem rápida.	144	Unidades	R\$ 1,00	R\$ 144,00
15	Cola escolar 40g	Cola branca, escolar, lavável não tóxica, tubo com 40 gr, com selo do Inmetro estampado no rotulo 1ª linha. Composição: acetato de polivinila, livre de pvc, o frasco tem um aplicador com ponteira twist-off para uma dosagem mais fácil e precisa de duas saídas: por pontos e linhas com grande aplicação superficial.	420	Unidades	R\$ 3,03	R\$ 1.272,60
16	Compasso	Compasso escolar tipo universal, feito em plástico resistente e partes metálicas, ponteira com sistema de articulação para ajuste preciso. Possui grafite substituível e capa protetora, indicado para uso escolar em atividades de desenho e geometria. Embalagem individual.	140	Unidades	R\$ 5,91	R\$ 827,40
17	Esquadro kit	Conjunto de desenho escolar destinado a estudantes do ensino fundamental, confeccionado em material plástico transparente e resistente. O conjunto deve conter régua de 30 cm, esquadros de 45° e 60°, e transferidor de 180°, todos com marcações precisas e legíveis. As peças devem apresentar acabamento liso, sem rebarbas, com gravações nítidas e permanentes, garantindo durabilidade e precisão nas medições e traçados. O produto deve ser fornecido em embalagem individual que assegure sua integridade durante o transporte e armazenamento.	140	Kits	R\$ 5,83	R\$ 816,20
18	Estojo	Estojo simples confeccionado em material resistente (lona ou nylon) com costuras reforçadas, sem rebarbas ou falhas, de formato retangular (dimensões aproximadas de 22 cm x 10 cm x 7 cm ou similar), com fechamento em zíper firmemente fixado. Produto de alta durabilidade, ideal para acondicionamento	445	Unidades	R\$ 9,78	R\$ 4.352,10



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

		e transporte de materiais escolares, de escritório ou uso pessoal.				
19	Giz de cera jumbo com 12 cores	Gizão de cera, longo e grosso, caixa com 12 unidades em cores vivas, redondo, não tóxico, palitos com 10 cm de comprimento e 10 mm de diâmetro, fabricado com cera de alta qualidade, peso total da embalagem mínima de 112 gramas, 1º linha, com selo do Inmetro estampado na embalagem. Composição: ceras, cargas minerais inertes e pigmentos.	336	Unidades	R\$ 6,72	R\$ 2.257,92
20	Kit caneta esferográfica com 4 cores	Jogo de caneta colorida esferográfica, 04 cores, escrita média 1,0 super macia, tinta na cor da tampa, corpo sextavado, fluxo de tinta suave e constante, sem borrões, tinta especial de baixa viscosidade, validade indeterminada, produto não tóxico, certificado pelo Inmetro.	144	Unidades	R\$ 6,12	R\$ 881,28
21	Lápis de cor com 12 cores	Lápis de cor super color ponta grossa 4mm, caixa com 12 unidades em cores diferentes, tamanho do lápis grande, medindo 175 mm, modelo triangular ou sextavado, cores vivas, com excelente cobertura composição: grafite, cargas inertes, material cerâmico, registro INMETRO, madeira reflorestada, técnica avançada super plus, com certificação FSC.	390	Unidades	R\$ 11,21	R\$ 4.371,90
22	Lápis de cor jumbo com 12 cores	Lápis de cor jumbo, 12 cores, caixa contendo 01 apontador com depósito, Dimensões mínimas: 125mm, formato triangular ergonômico 1/4. Mina (ponta grafite) resistente e apresentar maciez ao riscar. cores fortes e vibrantes com técnica avançada super plus, produto certificado pelo Inmetro, e com certificação com FSC.	60	Unidades	R\$ 13,22	R\$ 793,20
23	Lápis preto jumbo nº 2	Lápis preto jumbo, em madeira, formato triangular tamanho 3/4, material de carga grafite nº 2, ultra resistente, nome do fabricante gravado no lápis, devendo ser entregue apontado, 100% reflorestada e certificada pelo FSC.	60	Unidades	R\$ 0,85	R\$ 51,00
24	Lápis preto nº 2	Lápis grafite preto, nº2, corpo sextavado ou redondo, produzido em madeira 100% reflorestada com fórmula de mina grafite B, fácil de apontar e resistente à quebra. Produzido em TS- Técnica Sekural proporcionando maior resistência à quebra. Certificado pelo Conselho de Manejo Florestal - FSC. Com código de barras, marca do fabricante e sigla FSC impressa no corpo do lápis, nas dimensões de no mínimo 175 mm de comprimento e 25 mm de diâmetro.	1.440	Unidades	R\$ 0,90	R\$ 1.296,00
25	Livro de banho	Livro de banho infantil com formato aproxima de 15x 15 cm, contendo no mínimo 6 páginas, incluindo capa e contracapa, confeccionado em material PVC macio, atóxico, lavável e totalmente à	20	Unidades	R\$ 16,63	R\$ 332,60



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

		prova d'água. O produto deve possuir acabamento por termo fusão, com bordas arredondadas e sem partes destacáveis, garantindo a segurança da criança durante o manuseio. A impressão deverá ser com ilustrações coloridas, atrativas e de alta resolução, resistentes à umidade e ao manuseio constante. O material deve ser isento de substâncias tóxicas, como BPA (Bisfenol A), não apresentar pontas ou arestas cortantes, ser macio, maleável e adequado para uso durante o banho. O produto deverá ser novo, sem uso anterior, embalado individualmente em embalagem plástica transparente, com impressão permanente das ilustrações e do título, sem desbotamento ou perda de cor em contato com a água.				
26	Massa de modelar com 12 cores	Massinha de modelar soft, caixa com 12 unidades em cores diferentes, a base de amido, não tóxica, peso total da caixa 180 gramas, composição: água, carboidrato de cereais, cloreto de sódio, conservante, fragrância, aditivos e pigmentos, selo de segurança Inmetro.	144	Unidades	R\$ 4,63	R\$ 666,72
27	Pasta catalogo	Pasta catálogo fina, cor preta, formato ofício, confeccionada em material plástico resistente (PVC ou polipropileno), com acabamento liso e de boa qualidade. Possui 50 envelopes plásticos transparentes internos, fixos, fabricados em polipropileno cristal de alta transparência, destinados à guarda e proteção de documentos. O produto deve ter aparência uniforme, sem manchas, bolhas ou deformações.	160	Unidades	R\$ 11,78	R\$ 1.884,80
28	Pasta poliondas ofício 35mm	Pasta confeccionada em polionda (polipropileno corrugado), formato ofício, com espessura de 35 mm, destinada à organização, acondicionamento e proteção de documentos. O material deve apresentar alta resistência, durabilidade, leveza e impermeabilidade, sendo adequado para uso contínuo em ambiente administrativo. A pasta deverá possuir acabamento uniforme, com dobras bem definidas, encaixes firmes e ótimo padrão de rigidez, garantindo proteção contra umidade, rasgos e amassamentos. As bordas devem ser regulares e sem rebarbas, proporcionando segurança no manuseio. Cor a ser definida conforme necessidade do órgão requisitante, podendo variar entre azul, preta, vermelha ou translúcida. Produto novo, de primeira qualidade, livre de defeitos e atendendo às normas técnicas aplicáveis.	310	Unidades	R\$ 4,04	R\$ 1.252,40
29	Pincel chato nº 20	Pincel formado chato, virola em alumínio, cabo longo plástico amarelo, cerda natural,	90	Unidades	R\$ 5,64	R\$ 507,60



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

		nº 20.				
30	Régua 30 cm	Régua plástica cristal 30 cm, confeccionada em politereftalato de etila reciclado pós-consumo (pet-pcr), biodegradável. Dimensões mínimas de 30 cm de comprimento x 3 cm de largura x 3mm de espessura, com escala gravada por transferência de imagem, sem deformidades ou rebarbas, escala de 30 cm, clara e precisa, com divisão em milímetros, destaque a cada 5 milímetros com marcação numerada a cada centímetro na cor preta, com impressão legível e sem falhas; cantos arredondados para maior segurança; o produto deve ter, estampado, a marca do fabricante; obrigatório apresentar junto das amostras certificação do Inmetro, bem como comprovação do aditivo biodegradável no material.	325	Unidades	R\$ 0,88	R\$ 286,00
31	Tesoura escolar	Tesoura escolar de 5": com 13 cm de comprimento, com pontas arredondadas, cabo em polipropileno, preto, lâmina de aço inox, com selo de qualidade do Inmetro, 1ª linha. Fabricação nacional.	456	Unidades	R\$ 2,60	R\$ 1.185,60
32	Tinta guache com 6 cores	Tinta guache, caixa com 6 unidades em cores diferentes, 15ml cada frasco, cores vibrantes, composição totalmente atóxica, secagem rápida e lavável.	144	Unidades	R\$ 4,67	R\$ 672,48

2.2. A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 44.280,49 (quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "b", Lei 14.133/21).

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o fornecimento adequado de materiais escolares essenciais para a formação dos kits que serão distribuídos aos alunos da Rede Municipal de Ensino no início do ano letivo. A disponibilização desses itens visa assegurar condições mínimas e igualitárias para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, promovendo inclusão, apoio socioeducacional e melhoria do desempenho escolar.

2.2. A decisão de adquirir os materiais escolares decorre da constatação de que grande parte dos estudantes depende do fornecimento desses itens pela Administração Pública, seja por questões socioeconômicas, seja pela necessidade de padronizar o material utilizado em sala de aula. A ausência desses itens compromete a participação dos alunos nas atividades, dificulta o planejamento dos professores e impacta negativamente no processo de aprendizagem. A aquisição centralizada pelo município garante padronização, economia de escala e atendimento integral das necessidades educativas.

2.3. Dessa forma, a contratação fundamenta-se na necessidade prática e operacional de assegurar que todas as crianças da rede pública tenham acesso aos instrumentos básicos de estudo, garantindo equidade no processo de ensino e aprendizagem e contribuindo para o cumprimento das diretrizes da política municipal de educação. O fornecimento dos kits escolares também visa fortalecer o planejamento pedagógico anual, evitando atrasos e interrupções no calendário escolar.

2.4. Além disso, a aquisição dos materiais escolares contribui para a promoção de um ambiente educacional mais organizado e eficiente, permitindo que cada estudante receba um conjunto de itens padronizado, adequado à sua faixa etária e às necessidades curriculares. A medida reforça o



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

compromisso da Administração Pública com a garantia do direito fundamental à educação, reduz desigualdades sociais e apoia famílias em situação de vulnerabilidade. Assim, a contratação constitui ação estratégica para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e para a melhoria da qualidade da educação ofertada pelo município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 07), apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 03), apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).

5.1. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, vedada sua prorrogação, salvo nas hipóteses legais.

5.2. Os materiais escolares deverão ser entregues pela própria empresa contratada, no local indicado pela Administração, em dias e horários previamente acordados.

5.3. Todas as despesas relacionadas com a aquisição, embalagem, transporte, carregamento e descarregamento dos itens correrão integralmente por conta da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração Pública.

5.4. Fica sob total responsabilidade da contratada garantir a eficiência, qualidade e conformidade dos materiais fornecidos, observando rigorosamente as especificações descritas no Termo de Referência.

5.5. A execução do objeto ocorrerá mediante o fornecimento, pela empresa contratada, dos materiais escolares destinados à composição dos kits educacionais, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência. A contratada deverá realizar a entrega integral dos itens dentro do prazo estabelecido, assegurando que todos estejam devidamente embalados, novos, sem uso, em perfeitas condições de qualidade e compatíveis com os padrões definidos pela Administração.

5.6. A execução do objeto inclui ainda a obrigação da contratada em prestar esclarecimentos, substituir materiais eventualmente entregues com defeitos, divergências ou avarias e atender prontamente às solicitações da Administração até a completa regularização do fornecimento. O recebimento definitivo somente será emitido após a verificação integral dos itens e aprovação pela equipe responsável.

5.7. O modelo de execução ora proposto garante o fornecimento adequado dos materiais escolares, assegurando que todos os itens adquiridos atendam aos requisitos de qualidade, segurança e padronização necessários para posterior montagem dos kits a serem distribuídos aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

- 6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.1.19. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.1.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.1.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.1.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.1.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.1.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.1.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.1.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.1.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

GESTOR	SILVIA ELENA LUQUÊS
FISCAL	ANDREZA BARBARA GERMANO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).

7.1. Recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado em **até 30 (trinta) dias**, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, respeitado em todo caso a ordem cronológica de pagamentos, devendo a nota fiscal conter o **número da licitação**, devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica está regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.

7.3.2. As notas fiscais/documento equivalentes deverão ser encaminhados para os e-mails nfe@candidorodrigues.sp.gov.br e prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br.

7.3.3. Será considerado atraso no pagamento, se **decorrido 2 (dois) meses**, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração.

7.3.4. O disposto no item 7.3.3 não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Reajuste

7.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato ou documento equivalente.

7.5.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.6. Vigência

7.6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, ou até o fornecimento integral do objeto, vedada a prorrogação.

7.7. Garantia, manutenção e assistência técnica

7.7.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.8. Subcontratação

7.8.1. É expressamente vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação de outras penalidades cabíveis.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, para débitos inscritos e não inscritos;

8.13.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.15. Outros documentos:

8.15.1. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues,



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme **Anexo III**.

8.15.2. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).

9.1. Para a constituição das referências de valores, foram realizadas pesquisas de preços por meio do Banco de Preços, sendo selecionados três ou mais valores por item, de fornecedores distintos, de modo a garantir a representatividade dos valores praticados no mercado e a formação de uma estimativa consistente para a contratação.

9.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi o valor médio dentre os preços selecionados.

9.3. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 44.280,49** (quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 57	
Órgão	01 - Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade	02 - Poder Executivo
Dotação	12.361.0022.2015.00003.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Este Termo de Referência foi elaborado pela seguinte pessoa:

Candido Rodrigues, 16 de dezembro de 2025.

Silvia Elena Luques
Secretária da Educação



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

Nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21, este Termo de Referência foi analisado e aprovado pelo ordenador de despesa abaixo assinado e identificado:

Tiago Alex Ravazzi
Prefeito Municipal